

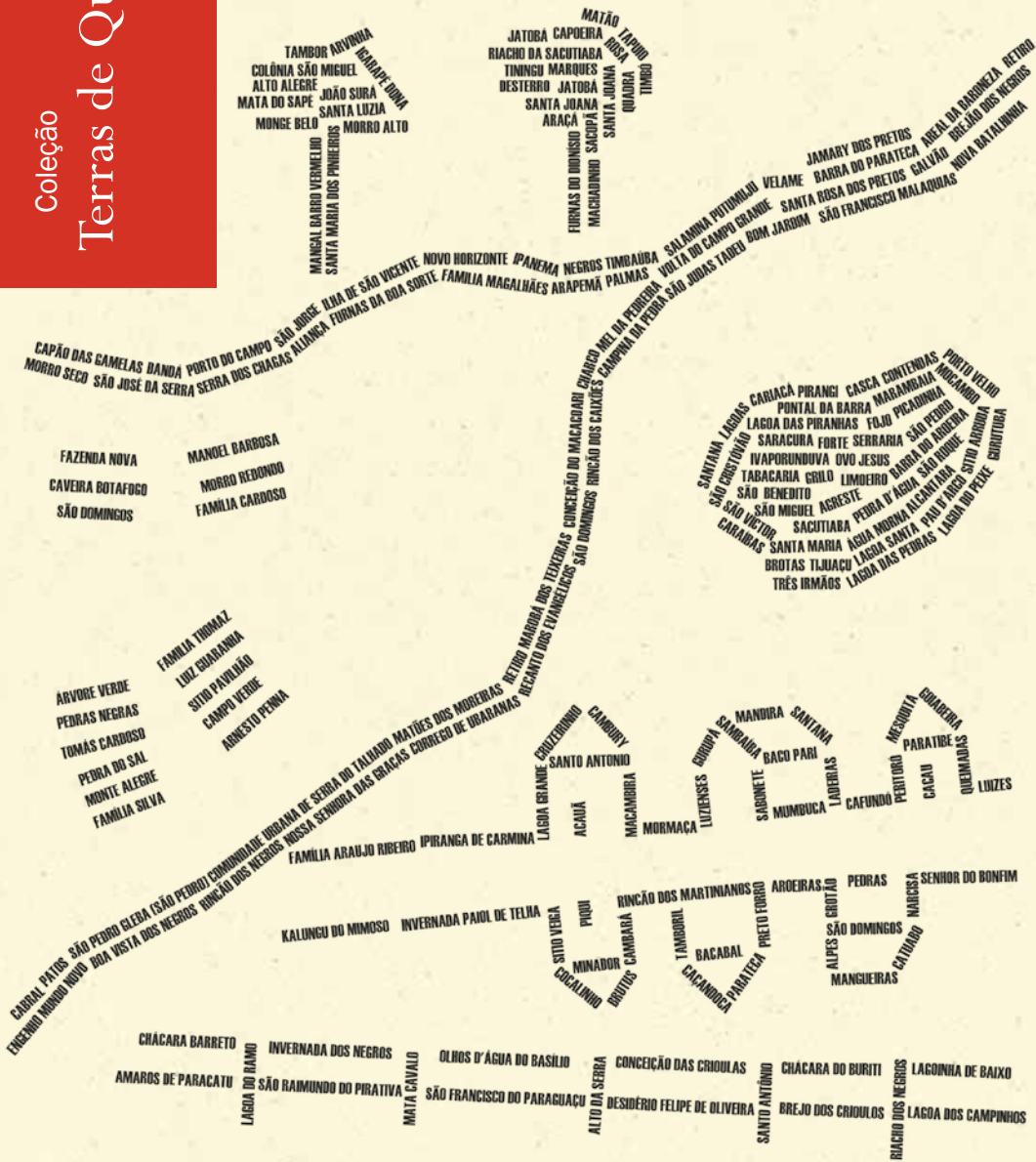


Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola Pedra do Sal



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Pedra do Sal

O Quilombo Pedra do Sal fica na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, no entorno da Pedra do Sal, do Largo João da Baiana e da Rua São Francisco da Prainha. Com uma história de resistência que remonta ao período do tráfico negreiro, os quilombolas reivindicam um território formado por residências tradicionalmente ocupadas desde a época de seus antepassados. O Quilombo Pedra do Sal é um dos símbolos centrais da luta de todos os quilombolas brasileiros porque ali, território chamado de Pequena África, foi o berço do samba e das primeiras escolas de samba do carnaval.





Parte da Pedra do Sal, entre o Largo João da Baiana e a Rua São Francisco da Prainha.

De Pedra da Prainha a Pedra do Sal

A Pedra do Sal foi residência secular de escravizados, ex-escravizados, negros libertos, negros livres e, agora, de seus descendentes. O local é o centro do patrimônio histórico e cultural negro da zona portuária do Rio de Janeiro. A Pedra do Sal foi tombada oficialmente em 1987 como patrimônio material do estado do Rio de Janeiro. Seu tombamento expressou a valorização da memória negra na cidade e o reconhecimento da religiosidade de matriz afrobrasileira. Pela primeira vez no Brasil, um local conhecido historicamente como espaço de oferendas aos Orixás foi tombado.

A região é fortemente marcada por três elementos. Um deles são as atividades portuárias. O outro, a presença, desde o século 18, de praticantes de religiões de matriz afrobrasileiras, sendo a Pedra do Sal o local onde surgiram os primeiros terreiros da cidade. E também pela criação dos primeiros ranchos carnavalescos do Rio. Esses eram frequentados por figuras de expressão nacional do samba, como João da Baiana e Donga. Também ali surgiram o bloco Afoxé Filhos de Gandhi e escolas de sambas tradicionais, como a Império Serrano.

A história da presença negra no lugar remonta à época em que toda a região era conhecida como Prainha, que era também o nome dado à pedra. Até meados do século 18, o local ainda não tinha sido aterrado. Ficava próximo ao mar e era habitado por pescadores e salineiros. Além de alguns trapiches de sal, a paisagem era composta também por construções imponentes, como o Palácio do Bispo, a Igreja de São Francisco,



O samba é tradição viva na Pedra do Sal.

a Fortaleza da Conceição e a Cadeia de Aljube. Para essa cadeia eram enviados os escravizados que cometessem crimes, bem como os quilombolas. Ali, também era possível ver algumas chácaras pontuando os morros próximos, como o Morro da Conceição e o da Providência.

Contudo, a partir de meados do século 18, devido à presença de trapiches (depósitos de mercadorias próximos aos portos) e de casas comerciais, a região passou a interagir mais com a cidade. Ainda assim, continuou sendo relativamente isolada, devido à proteção oferecida pelos morros da Conceição e da Providência. **Essa característica levou o Marquês do Lavradio – então Vice-Rei e Capitão Geral de Mar e Terra – a escolher a região do entorno da Pedra do Sal para o crescente comércio de africanos escravizados.**

A intenção de mantê-lo em uma região mais afastada era devido em parte à crueldade e a insalubridade do negócio. Mas, principalmente, pelo fato de os moradores da cidade se queixarem do terrível espetáculo de retirada dos corpos de escravizados mortos durante a viagem de África ao Rio. Reclamavam, também, das doenças trazidas pelos que restavam vivos. Entre as décadas de 1760 e 1830, o Valongo, ou Vale Longo – nome que, à época, designava não somente a rua, como toda a região da Pedra do Sal até a Gamboa – era conhecido como local de depósito e “venda de carne humana” procedente da África.

Ali, os recém-chegados se recuperavam da viagem e de doenças, para depois serem postos à venda. Quando não resistiam à viagem e às doenças, eram lá mesmo enterrados. Segundo o Vice-Rei, não deveriam ter contato com a cidade, para não contaminá-la. Ao serem vendidos, eram embarcados nos trapiches e ancoradouros localizados na Prainha e no Valongo.

A paisagem do entorno da Pedra da Prainha passou a ser caracterizada por uma forte presença negra, tanto dos novos africanos quanto dos mais antigos. **Escravizados, eles atuavam em várias atividades ligadas à recepção e ao comércio dos africanos: nas etapas de embarque e desembarque do tráfico negreiro; preparando o alimento dos recém desembarcados; na cura de doenças e nos sepultamentos dos que faleciam. Devido a essas atividades, a região tornou-se, desde essa época, berço de práticas e rituais religiosos de matriz afro-brasileira.** Era comum, aliás, os proprietários utilizarem cozinheiros negros para conquistar maior confiança dos africanos.

No início do século 19, a região já era um dos locais mais frequentados da cidade. Os africanos recém-chegados eram transportados pela sinuosa Rua do Valongo, acomodados e expostos para venda em barracões ou galpões nos quais chegavam a caber até 400 escravizados.

Os horrores do tráfico africano na região da Pedra da Prainha e a insalubridade do local foram registrados em relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a região. Em um deles, o autor descreve o cheiro e o calor dos galpões como repugnantes. Desenhos de Debret e Rugendas também retratam os sofrimentos impostos aos recém-chegados. Apesar dessas condições, os escravizados lutavam por sua sobrevivência, criando novas relações entre si, cuidando uns dos outros, preparando a comida e as esteiras para dormir, buscando seguir na medida do possível seus costumes.

Com a chegada da Família Real em 1808, o mercado de escravos no Valongo aqueceu. A movimentação em torno do Valongo cresceu com o aumento de comerciantes e de seus escravizados trabalhando

nos trapiches, ancoradouros e estaleiros. Criou-se um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros da cidade. Vários melhoramentos urbanos também foram realizados no local. Mesmo com alguma diversificação de atividades e maior movimento na região, o “comércio da carne humana” e a presença africana não perderam sua marca: os “feiticeiros”, nome dado pelas autoridades imperiais às lideranças religiosas africanas, continuavam a ter ali seu reduto.

Com o aumento da concentração populacional começaram as pressões para remover o Cemitério dos Pretos Novos da região. As pessoas da região alegavam que o cemitério exalava mau cheiro e contaminava a cidade. Ali eram incinerados coletivamente corpos de uma população predominantemente jovem, oriunda da África Central. **De língua banto, esses povos, conhecidos como Angola, acreditam que o local de descanso dos mortos seja sagrado, o que lhes assegura direito territorial.**

Em 1831, o comércio negreiro do Valongo foi declarado ilegal. Com isso, os comerciantes passaram a usar portos clandestinos, em praias mais isoladas como a Marambaia, para o desembarque de escravizados. O fim do comércio negreiro e o crescimento da produção do café no Vale do Paraíba fluminense transformaram os antigos trapiches de africanos do Valongo em trapiches de café.

A presença negra continuou a predominar na região da Prainha. Os escravizados continuavam a trabalhar nos trapiches, no porto e no transporte do café. Atuavam como carregadores e estivadores. Todo o serviço de transporte de cargas e de pessoas, por terra ou água, estava nas mãos dos negros.

Com o tempo, vieram os aterros na orla, que permitiram a construção de um novo cais. Foi aberta a Rua Nova de São Francisco da Prainha (parte da atual Sacadura Cabral) cortando uma grande parte da Pedra da Prainha. **Todo esse árduo trabalho foi realizado por apenas uma dezena homens, todos escravizados.** A obra promoveu a ampliação da área urbanizada em direção à Igreja de São Francisco, ligando-a à Praia do Valongo.

A Pequena África: samba, religião e sindicato

A abertura da Rua Nova de São Francisco da Prainha e a construção dos aterros ampliaram a malha urbana da região. Novos e antigos empreendimentos prosperavam como fundições, serrarias, ferrarias, armazéns e comércio atacadista. Ao mesmo tempo, as chácaras que se espalhavam pelos morros da Conceição e da Providência começaram a ser loteadas e povoadas. O movimento aumentou no início da década de 1850, com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, que facilitava o contato entre o porto e o interior. Além disso, a continuidade do movimento marítimo da região reforçava sua vocação portuária.

O crescimento demográfico e comercial da região refletia o crescimento da cidade após 1870: o antigo centro urbano já não conseguia abrigar satisfatoriamente seus habitantes, aumentando os problemas de moradia, transporte e higiene. Aqueles que tinham mais recursos saíam do centro em direção a outras regiões da cidade, como o recôncavo da Baía de Guanabara e áreas mais ao sul. Já os trabalhadores permaneciam nas áreas centrais, devido à proximidade com o local de trabalho. **Isso aumentava o preço dos aluguéis, dando origem aos primeiros cortiços e casas de cômodos, e às primeiras favelas nos morros ao redor do centro.** Nessa região fica o Morro da Favela, exemplo desse tipo de ocupação, feita principalmente por negros que lutaram durante as guerras de Canudos e do Paraguai.

O entorno da Pedra do Sal continuava a oferecer boas oportunidades de trabalho na região do porto – nas casas comerciais de café, trapiches e estaleiros –, atraindo novos trabalhadores e moradores. Muitos deles eram imigrantes pobres ou negros oriundos da Bahia e do Vale Paraíba escravista, que passavam por um período de decadência econômica após a Abolição. Outros eram soldados negros com família, desmobilizados depois do fim da Guerra do Paraguai. Surgiram, então, as quitandas, os galinheiros e as baiucas dos herbários, minas e mandingueiros, dando um ar característico e fornecendo

condições econômicas, sociais e religiosas para a sobrevivência desses trabalhadores.

No final do século 19, a região da Pedra do Sal ficou conhecida como local de chegada, recepção e ajuda de migrantes, em sua maioria negros. Essa prática era uma herança dos tempos do comércio de africanos. Assim, os antepassados dos quilombolas de hoje foram acolhidos por negros, portuários e irmãos de santo chegados anteriormente. Começaram sua vida nesse novo local formando agremiações ou participando de atividades coletivas de trabalho, culto ou lazer. Formaram a primeira colônia de migrantes negros na base do Morro da Conceição.

Ali, criaram um importante polo de irradiação do samba e de recriação de culturas africanas nas proximidades da Praça Onze, na Cidade Nova. **Não foi à toa que a região em torno da Pedra do Sal, da zona portuária, da Cidade Nova, da Gamboa e da Saúde ficou conhecida como Pequena África, expressão cunhada pelo sambista Heitor dos Prazeres e consagrada em livros e letras de músicas.** Foi assim que, no começo da República, surgiram os primeiros ranchos carnavalescos da cidade, fundados na Pedra do Sal, onde estão as raízes da música popular brasileira. **Como a história da Pedra do Sal é também a história do Rio, seus descendentes continuariam esse legado em diferentes regiões da cidade, formando outros redutos suburbanos do samba, do santo e de trabalhadores da estiva.**

Entre as últimas décadas do século 19 e as primeiras do século 20, a população da região fez do local um espaço cultural negro. Enfrentando o preconceito e a segregação, os migrantes recém-chegados se organizavam para viver no Rio de Janeiro guardando a sua herança afrobrasileira nas relações de trabalho, nas festas e na sua religião.

Outra característica da Pedra do Sal surgidas na época foram as casas de zungu, onde se preparavam as refeições com angu. Eram espaços frequentados majoritariamente por negros, que ali produziam suas expressões musicais, políticas, sociais e religiosas. Ainda que, desde o início do século 19, fossem proibidos e reprimidos pela polícia, os zungus resistiram e se constituíram como uma rede de

apoio aos libertos, aos negros recém chegados da África ou de outras partes do Brasil e, no período anterior à Abolição, como lugar de refúgio para escravizados fugidos. Os zungus funcionavam como quilombos urbanos. Em seus terreiros aconteciam batuques, danças e também os cultos religiosos aos seus Orixás, Inquices e Vodus.

Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano; ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum. Eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar.

(Carmem Teixeira da Conceição, a Tia Carmem).

Muitos pais e mães de santo ficaram famosos na Pequena África, como Tia Ciata, pertencente ao terreiro de João Alabá. Eles também tiveram que aprender a driblar a repressão imposta a manifestações da cultura negra, em especial o candomblé e a capoeira.

Na região portuária também surgiu a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, considerada a primeira organização sindical livre de trabalhadores do Brasil. Ela é a origem do atual Sindicato dos Estivadores, pioneiro nas primeiras greves operárias do país e por reunir pessoas negras em seus quadros, especialmente na diretoria.

A história dos ranchos, cordões, associações festivas e escolas de sambas cariocas também está relacionada à atuação dos negros,



A presença das religiões afrobrasileiras continua marcante na região.



João da Baiana e Jota Efeê na Pedra do Sal.

muito deles baianos, na Pedra do Sal. **Personagens importantes como João da Baiana, Donga, Pendengo, Getúlio Marinho e Hilário Jovino dos Santos nasceram ali. Alguns dos ranchos que dariam origem a atuais escolas de samba e depois se espalhariam pela cidade também surgiram ali.**

Conflitos e processos expropriatórios

Toda a história do tráfico negreiro do Brasil esteve direta ou indiretamente ligada ao desembarque de africanos no Rio de Janeiro. A presença negra na Pedra do Sal foi testemunha da desumanidade da escravidão, mas ante aos horrores do passado soube criar formas vigorosas de sobreviver e resistir, que incluíram o samba, o carnaval e a religiosidade de matriz afrobrasileira. Apesar da notoriedade dessa presença na Pequena África, os negros sofreram vários processos de expulsão, entre eles aqueles ligados à urbanização da cidade e ao conflito com uma organização secular de caráter religioso, a Venerável Ordem Terceira da Penitência (VOT).

Dos processos de urbanização, os implementados no começo do século 20 foram os mais dramáticos. Em 1906, o prefeito Pereira Passos determinou a demolição de parte dos cortiços, a abertura de novas ruas, a construção de mais aterros e um novo porto para a cidade do Rio de Janeiro. **Com o novo porto, as casas de zungu passaram a ser chamadas de Casas das Tias Baianas ou Casas do Santo. Nesses locais, os trabalhadores portuários descansavam de seus turnos, faziam refeições, participavam de rodas de samba e capoeira, formavam associações políticas e culturais, como o Afoxé Filhos de Ghandi do Rio de Janeiro, criado em 1951.** Por outro lado, a reforma do porto e a modernização das ruas e avenidas levaram à fragmentação da Pequena África e a um processo de expulsão de parte de sua população pobre e negra. Com eles, se foram muitos dos centros religiosos e das sociedades carnavalescas.

O início dos conflitos com a VOT pela posse de imóveis na região data da década de 1830. Nessa época, a Ordem reclamou direito

sobre uma vasta área na região, compreendida desde a sua igreja, São Francisco da Penitência, até a Pedra do Sal. As reivindicações da VOT começaram com as primeiras obras de urbanização na área – os cortes feitos na Pedra, a construção dos aterros e do novo cais, todos feitos pelos escravizados.

É somente nas primeiras décadas do século 20 que a reivindicação da Ordem foi atendida, em detrimento da população que tradicionalmente ali vivia. A prefeitura do Rio de Janeiro doou o território pleiteado pela VOT, incluindo os prédios que lá se localizavam. Entretanto, evidências históricas documentam o direito dos quilombolas ao território em disputa. A litogravura pintada à mão “Mercado de Escravos” (1835) do famoso pintor alemão Johann Moritz Rugendas é emblemática: mostra em primeiro plano, uma cena do cotidiano em um dos galpões onde os africanos eram comercializados e, ao fundo, a torre da Igreja de São Francisco da Penitência, local da sede da VOT.

Apesar da doação desse território, uma parte dos antigos moradores permaneceu na região morando em imóveis cedidos pela Ordem. Inicialmente, a VOT era uma instituição filantrópica, que oferecia moradia aos seus protegidos (pessoas que trabalhassem ou manti-



A cena da gravura de Rugendas mostra claramente a separação entre o galpão onde os escravizados ficavam (atual território quilombola) e a sede da VOT. Fonte: Livro Viagem Pitoresca Através do Brasil.

À direita, Dona Tereza, acompanhada de Carmem e Getúlio em 2007. Dona Tereza faleceu antes da publicação do RTID. Foi homenageada com a apresentação dessa foto na capa do relatório.

vessem outro tipo de relação com ela). Também assistia aos antigos moradores negros, cobrando deles um aluguel simbólico. Contudo, a partir da década de 1990, a Ordem modificou a sua estratégia administrativa e elevou exponencialmente os preços dos aluguéis. Essa foi uma estratégia para a retirada de antigos moradores, ainda que muito imóveis se encontrassem abandonados ou lacrados.

Dona Tereza, uma matriarca do quilombo conta que foi ainda jovem morar na Pedra do Sal com uma tia que trabalhava para a Ordem e com a qual mantinha antigas relações de proteção. Quando a tia faleceu, ela foi procurada por advogados da VOT, que lhe propuseram um novo contrato, revogando as condições do anterior e aumentando abusivamente o valor do aluguel. Diante da recusa de D. Tereza a VOT conseguiu uma ordem de despejo. Ao ser despejada, D. Tereza desenvolveu forte depressão e teve que ser internada. A injustiça aproximou-a da luta quilombola.

Os conflitos com a VOT se intensificaram em 2002, quando a Ordem lançou o projeto social “Humanização do Bairro”, com o objetivo explícito de recuperar as últimas casas ainda ocupadas por moradores tradicionais da região. **O projeto reflete a tensão vivida na região, de conflito religioso e preconceito social. A implantação do projeto acelerou os despejos judiciais de 30 famílias dos imóveis administrados pela Ordem.**

Associação Quilombola

Em 2004, o *Sal do Samba* – projeto cultural criado por lideranças da Pedra do Sal – associou-se a um movimento de resistência às desapropriações, liderado pela Associação dos Moradores da Saúde (AMAS-RJ). **Este apoio resultou na formação da ARQPEDRA: Associação de Resistência Quilombola da Pedra do Sal. Fazem parte da ARQPEDRA moradores ameaçados de despejo e que queiram assumir um projeto de vida comunitária, comprometido com a preservação da memória negra na região.** A luta quilombola pelo território pleiteado visa não só

garantir a permanência dos moradores atuais como resistir a mais uma ordem de desapropriação, advinda do projeto de Humanização do Bairro. As reuniões da Associação acontecem na sede do Afoxé Filhos de Gandhi, que apoia e participa da luta quilombola.

A certidão de autorreconhecimento como quilombo, emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2005, afiança aos descendentes dos escravizados o direito a posses de partes da Pequena África. Os quilombolas reivindicam a preservação do território ao redor da Pedra, por ser um espaço que é físico e também de celebração, encontro e convivência dos afrodescendentes da região.

No território estão presentes as divindades e são lembrados os antepassados dos quilombolas. Guarda a memória do samba, do candomblé e do trabalho negro no porto. Todo dia 2 de dezembro – dia nacional do samba –, os quilombolas se reúnem no Largo João da Baiana e fazem o ritual de lavagem da Pedra do Sal: testemunho físico da cidade negra e seu passado de lutas contra a repressão a seus costumes, saberes, viveres e religiosidades.

Quando o território for titulado, os quilombolas planejam captar recursos para ampliarem oficinas de capoeira, artesanato e dança afrobrasileira. Pretendem criar um centro cultural e recuperar a sede do Afoxé Filhos de Ghandi. Projetam, ainda, desenvolver parcerias com o poder público para criar um colégio de ensino médio e uma Universidade Quilombola.

A forte relação entre os membros da comunidade e a Pedra do Sal fica evidente na letra de um samba escrito pelo historiador e sambista Luiz Carlos Torres.



Faixa estendida durante comemoração do Dia Nacional do Samba.



O Afoxé Filhos de Gandhi faz a lavagem da Pedra.

Africabaianacarioca

Ao despejar o seu suor
 Seu sangue e alma nas pedras costeiras
 E de pés de moleques...
 O negro marcava pra sempre sua estadia
 Naquele recanto de baia...
 Uma história de luta que ainda prossegue...
 Na Pedra do Sal ficou
 Vestígio da turma de bamba que por lá passou
 Com seus santos e cantos da “Afro cultura”...
 Explorado em seu labor o negro de “peça” lutando formou
 O embrião e a essência de nossa mistura!...
 Vindo de tantas “áfricas” / Angola
 Sofrimento e revolta lhe fez Quilombola
 Contra a indigna face de sua condição.
 Hoje Zumbi dos Palmares na escola
 Reflete o valor do herói sem esmola
 Nego, negro é orgulho e afirmação.
 João da Baiana, Ismael, Cartola...
 Africabaianacarioca decola
 Com ‘João Alabá’ pela Pedra do Sal
 Gil, Melodia, Paulinho da Viola
 Margareth, Zezé, Dona Ivone – uma escola.
 Aniceto, Candeia, Donga, Silas, Marçal.
 João da Baiana, Ismael, Cartola...
 Africabaianacarioca decola
 Com as ‘tias baianas’ pela Pedra do Sal
 Milton, Martinho, Paulinho da Viola.
 Elza, Beth, Alcione – Zé Café canta agora.
 Quilombola, Estiva, Axé, Carnaval

Esta narrativa foi composta por Maíra Leal Corrêa com base no Relatório Histórico-Antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal, elaborado em 2007 por Hebe Mattos e Martha Abreu do FEC-UFF. Todas as fotos são dos autores do relatório, com exceção da imagem de Rugendas.

Uma palavra da comunidade

Pedra do Sal

Nós, quilombolas de Pedra do Sal, estamos lutando por reconhecimento cultural e territorial em um contexto urbano de grande especulação imobiliária, na zona portuária do Rio de Janeiro. Com a Operação Urbana Porto Maravilha, parceria público-privada para a requalificação urbana, nossos desafios aumentaram. Nossa região está passando por uma gentrificação, que ocorre de forma velada. O Porto Maravilha, com a proposta de instaurar o novo, não pode expulsar o velho, e no caso o velho somos nós. Não existe maior referência na região portuária do que a população afrodescendente.

Nosso território simbólico, a Pequena África, vai da Praça Mauá até o Caju. É maior do que o território que está em processo de regularização fundiária, que está fracionada em áreas da União, do Governo do Estado e do Município. A maior fração é área da União e foi essa a parte delimitada no RTID.

Em julho de 2014, Pedra do Sal conquistou a regularização urbanística de grande parte do território no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, sendo reconhecida como Área de Especial Interesse Cultural (AEIC), abrangendo a área reconhecida no RTID e a parcela municipal do nosso território. É uma novidade para os quilombos urbanos do Brasil a regularização das terras avançar em nível municipal, mas a comunidade precisa de investimento. A lei que instaura a AEIC não foi implementada por não ter dotação orçamentária.

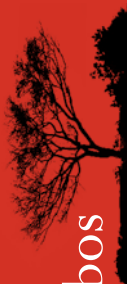
Lutamos por políticas públicas de cultura na região portuária para que a lei saia do papel e a cultura quilombola seja mais reconhecida. O município diz não ter recursos para investir em políticas de cultura para a comunidade, mas o Porto Maravilha gerou pela transferência de CEPACs R\$ 103 milhões. Pedra do Sal ainda não teve participação nem acesso aos recursos. Vários outros grupos que hoje surgem na região são contemplados por serem tidos como os “fazedores de cultura”.

Nos últimos anos conquistamos a candidatura a Patrimônio Cultural da Humanidade, compreendendo Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o maior porto a ter recebido pessoas escravizadas nas Américas, e o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram enterrados os jovens escravizados que morriam na travessia transatlântica. Entendemos que não se protege o patrimônio sem proteger as pessoas, e essas pessoas somos nós, os quilombolas.

Por causa de conflitos perdi o direito de estar no meu território já há 8 anos, perdi minhas coisas e sofremos uma grande perseguição no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 da Igreja, da grande mídia e dos setores mais conservadores da sociedade. Várias ações possessórias foram movidas contra nós, em especial pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Em outubro de 2015 comemoramos o parecer favorável na Ação Civil Pública que foi interposta contra a ação da Igreja. Para nós essa decisão significa o início da reparação ao processo de escravidão que os nossos antepassados sofreram.



Membros do Afôxé Filhos de Gandhi, no Largo João da Baiana, em festa do Dia Nacional do Samba, 2 de dezembro.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C824q Corrêa, Maíra Leal
 Quilombo Pedra do Sal / Maíra Leal Corrêa. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal : em torno do samba, do santo e do porto, de Hebe Mattos e Martha Abreu.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Castro, Hebe Maria Mattos. Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal : em torno do samba, do santo e do porto.4. Abreu, Martha Campos. Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal : em torno do samba, do santo e do porto I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

